

## **CAPÍTULO 5**

### **Captação de Recursos Externos – IED – Paraíba/Brasil Setores de Eletrificação e Intermediação Financeira**

#### **Introdução e Considerações Metodológicas**

A pesquisa aqui apresentada foi estimulada, ao longo da elaboração deste trabalho, quando os dados e/ou informações mais gerais permitiram deduzir que a inserção do Brasil na economia globalizada tem como um dos seus principais elementos o Investimento Externo Direto – IED.

A leitura sistemática dos indicadores econômicos, especificamente referentes à década de 90, elucidada, como já foi destacado ao longo deste trabalho, que, a partir de 1995, ocorre uma mudança de tendência envolvendo este tipo de investimento (IED). Tal fato pode ser constatado através da ampliação extraordinária do seu fluxo.

A hipótese que se delineou a partir desta constatação foi a de que o capital, sob esta forma de investimento, tem sido atraído para o Brasil, nos últimos anos, principalmente pela construção de um ambiente favorável ao investidor externo, através de programas de governo, tais como o PND e o PROER, além do cenário de estabilidade monetária instalado no país pós Plano Real. Agregue-se ainda a adesão do Brasil às regras do jogo internacional, com conseqüente adequação das políticas macroeconômicas

efetivadas durante a década (desregulamentação, privatizações, saneamento de empresas deficitárias, emendas constitucionais etc.), cujos resultados mais palpáveis se expressam na construção de mecanismos que favorecem a entrada do capital externo, para não perder o "bonde da história", evitando a via da exclusão, vastamente utilizada nesta fase de capitalismo global.

A citação a seguir é um exemplo da dimensão do processo de exclusão, que caracteriza esta fase da acumulação de capital:

*“Das 42 economias de baixa renda em 1970, 19 tinham zero de investimento estrangeiro líquido. Em 1990, os investimentos estrangeiros diretos haviam perdido todo o interesse em 26. O capital mundializado, com sua grande e crescente mobilidade, seleciona sua aplicação segundo critérios que excluem essas economias.” (Hobsbawm,1997:412)*

Identificou-se, ainda, que os recursos externos captados sob aquela forma encaminharam-se preponderantemente para o setor Serviços e neste destacaram-se, como maiores catalizadores, os segmentos da Energia Elétrica Telecomunicações e Intermediação Financeira.

Considerando as possibilidades reais de efetivar uma investigação empírica, sobre o assunto, restringiu-se área de atuação desta pesquisa a um dos Estados do Brasil – a Paraíba –, como ilustração do processo mais amplo, que vem ocorrendo com especial vigor após 1995, em nível nacional.

Para tanto, após sondagem inicial nas empresas dos ramos acima citados, foram delimitados para análise os segmentos da Energia Elétrica e da Intermediação Financeira, cuja base da privatização e/ou processo de

fusão/aquisição transfronteiriça está relacionada aos condicionantes PND e PROER, respectivamente. A exclusão do segmento das telecomunicações deu-se em virtude da verificação de que as empresas ligadas a este, no Estado da Paraíba, embora tenham sido privatizadas, não registraram participação significativa do capital externo no processo.

O universo, objeto de estudo da pesquisa, constituiu-se de: a) duas empresas distribuidoras de energia elétrica – a CELB (Companhia Energética da Borborema) de caráter municipal, situada no município de Campina Grande – e a SAELPA (Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba), situada na capital do Estado, ambas responsáveis pela distribuição de energia elétrica na Paraíba, cujos processos de privatização<sup>1</sup> ocorreram no período pós 1995, dentro das normas estabelecidas pelo PND –, em sua parte, que disciplina a venda de participações, através de oferta pública em leilão e que captou recursos externos, no processo; e b) cinco bancos de origem estrangeira – ABN AMRO Real Bank; Sudameris; Banespa Santander; Bilbao Vizcaya e HSBC –, que atuam através de dezesseis agências, nas duas maiores cidades da Paraíba (João Pessoa – a capital, com aproximadamente um milhão de habitantes – e Campina Grande, com cerca de quatrocentos mil habitantes).

Todos esses bancos, à exceção do Banespa, que foi federalizado e posteriormente privatizado, participaram de processos de fusões/aquisições transfronteiriças, no período aqui destacado.

---

<sup>1</sup> A CELB foi privatizada em novembro de 1999 e a SAELPA em novembro de 2000.

Considerando que o universo permitiu a pesquisa em sua totalidade, foram utilizados dois instrumentos básicos para a investigação: 1) a imprensa especializada no assunto (seja ela falada, escrita ou eletrônica), que permitiu a reconstrução do pano de fundo sobre o qual se desenvolveram os processos; e 2) a captação direta de dados e informações, através de um questionário (cópia em anexo) aos dirigentes destas empresas, cujas informações, posteriormente, foram complementadas através de entrevistas.

Os dados e informações obtidos em 85,7% dos questionários efetivamente respondidos foram tabulados e submetidos à análise, cujo suporte referencial encontra-se nos capítulos anteriores, enquanto que esta constitui o capítulo que se segue.

## **5.1 Processos de privatizações na Paraíba – CELB e SAELPA**

### **5.1.1 O Caso da CELB**

Os processos de venda das duas distribuidoras de energia elétrica, em análise ocorreram através de oferta pública de participações, em leilões, obedecendo aos critérios estabelecidos para aquele tipo de procedimento, quando da extensão do PND, pelos governos estaduais e municipais.

A primeira delas, inicialmente denominada Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB), foi criada pela Lei Municipal número 61, de 08 de setembro de 1966, como Sociedade de Economia Mista. Em 1997, sua

denominação passa a ser Companhia Energética da Borborema, mantendo a sigla CELB, mas ampliando suas possibilidades de abrangência, uma vez que, a partir de então, a empresa poderia distribuir outras formas de energia, como, por exemplo, a energia térmica.

Esta empresa, sediada no município de Campina Grande, no interior do estado da Paraíba, possui como área de concessão os distritos campinenses de Galante e São José da Mata, além dos municípios de Campina Grande (90% dos consumidores concentram-se neste município), Massaranduba, Lagoa Seca, Queimadas, Boa Vista e Fagundes.

Até ser privatizada, esta unidade de distribuição de energia elétrica possuía a seguinte composição acionária: 81,42% do total do capital social sob o domínio da Prefeitura Municipal de Campina Grande; 1,22% pertencente à Eletrobrás; e o restante, 17,36% a, Outros, perfazendo um total de 111.645.185 (cento e onze milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, cento e oitenta e cinco) ações, entre ordinárias e preferenciais.

Dispondo de duas linhas de transmissão com extensão total de 2,2 quilômetros, a CELB opera através de cinco subestações, três pertencentes à CHESF: Campina Grande I, com potência de 35 MVA; Campina Grande II, com potência de 30 MVA; e Bela Vista com potência de 25 MVA. A quarta subestação Bela Vista, com potência de 5 MVA, pertence à SAELPA e é operada pela CELB. A quinta, única pertencente à CELB, a do Catolé, é totalmente digitalizada e operada à distância, de forma remota, através de um computador.

A empresa, administrativamente e financeiramente saudável, possui índice de confiabilidade acima dos encontrados para as demais que operam na região Nordeste. Em 1998, ano em que se iniciou o processo posteriormente efetivado em privatização, a CELB exibiu vendas de 449.068 MWh, que significaram crescimento de 27,9% em relação ao ano imediatamente anterior. A receita com as vendas de energia e serviços foi de R\$ 45,09 milhões, superior 19,5% à registrada no ano imediatamente anterior, o que dava mostras das potencialidades e expectativas positivas em relação à empresa.

É importante salientar que a decisão de privatizar a CELB não se respaldou em dificuldades de ordem, nem operacional, nem administrativa, nem tampouco financeira, mas, sobretudo, na adesão do governo municipal de Campina Grande aos princípios postos no PND, como fica explícito na justificativa para privatização, constante do Edital de Licitação da CELB, a saber:

*“A privatização da CELB, enquadra-se nos objetivos da política estabelecida pelo Município, pois transfere à iniciativa privada a prestação de Serviço Público de distribuição de energia elétrica na área de concessão da CELB, possibilitando a retomada de investimentos na área, viabilizando a prestação de serviços em condições adequadas. Permite ainda que a Administração Pública concentre seus esforços e recursos nas atividades em que sua presença é indispensável.”* (www.celb.gov.br)

É indiscutível, portanto, a semelhança do processo ao que estava ocorrendo em nível nacional, e mais: fica patente todo o esforço de adequação do aparato existente sob a forma de leis, para efetivamente alienar a empresa.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o processo inicia-se com a publicação da Lei 3.597, de 7 de agosto de 1998, que autorizou a alienação do capital social da CELB, em poder da Prefeitura Municipal de Campina Grande, desde que esta mantivesse o controle acionário da empresa. Contudo, essa Lei não foi suficiente para os propósitos privatizantes do governo municipal, e, em 05 de fevereiro de 1999, foi publicada nova Lei, agora a de número 3.641, que autoriza o município a alienar a totalidade das ações da CELB sob seu controle.

Isso posto, estavam dadas as condições legais para que o processo se efetivasse, e, ato contínuo, foi publicado Edital de Licitação, tendo como objeto:

*“(...) 90.905.763 (noventa milhões, novecentos e cinco mil, setecentos e sessenta e três) ações de emissão da CELB, de titularidade do Município, representando 81,42% do Capital Social entre ações ordinárias (90.855.066) e preferenciais (50.697).” ( www.celb.gov.br)*

Em novembro do mesmo ano – 1999 – efetiva-se a venda das ações da CELB, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, tendo o Sistema Cataguazes-Leopoldina adquirido o conjunto das ações posto a leilão em oferta pública, e assumido o controle da empresa, dentro de todos os princípios que norteiam processos de privatização semelhantes.

O leilão ocorreu dentro da mais perfeita normalidade, tendo gerado receitas da ordem de R\$ 74 milhões, sendo 50% deste valor pago no ato da compra e o restante atrelado ao seguinte cronograma de desembolso: 25% após 12 meses e 25% após mais 06 meses. O saldo devedor deverá ser

corrigido com base no IGPM mais 6% ao ano. Acrescente-se que o BNDES participou do processo, financiando 50% do valor da compra.

É importante salientar que o Sistema Cataguazes Leopoldina mantém sociedade administrativa e financeira com as empresas norte-americanas CNS Energy e FondElet Group Inc., o que caracteriza a presença de capital externo nesta operação.

### **5.1.2 O Caso da SAELPA**

O processo de privatização da Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba, embora tenha atendido aos princípios básicos contidos no PND, ou seus derivados, possui nuances que o diferencia do processo de desestatização da CELB, anteriormente descrito.

A SAELPA, sociedade anônima de economia mista estadual, era constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, e exibia a seguinte distribuição ou composição acionária: o Estado da Paraíba como seu principal acionista, controlava 82,0% do total das ações, seguido da Eletrobrás, com 13%, os municípios paraibanos 2% e outros acionistas 3%.

A companhia, cuja finalidade maior é explorar a concessão dos serviços de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado da Paraíba, atendia, em 1999, a um total de 655 mil consumidores, em 217 municípios, distribuídos por todo o Estado. No entanto, talvez em virtude da amplitude de sua área de concessão, essa empresa não gozava de

confiabilidade no que se refere aos serviços prestados, apresentando resultados, inclusive financeiros, um tanto quanto precários nos últimos anos.

Diferentemente do caso da CELB, a privatização da SAELPA não ocorreu dentro das expectativas do governo. Observe-se que a empresa teve seu leilão adiado duas vezes consecutivas (dezembro de 1998 e julho de 1999), em virtude de não haver interessados, na negociação, já que o lance mínimo para o leilão estava fixado em R\$ 617,5, valor considerado, por um dos potenciais compradores<sup>2</sup>, como “*caríssimo*”.

Observe-se que este valor já havia sofrido redução, ainda que pequena, em relação ao primeiro Edital de Licitação, cujo cálculo para o preço mínimo situava-o em R\$ 619.5, mesmo assim, não se demonstrou suficientemente atrativo.

Dentre os grupos que visitaram a sala de dados da SAELPA, destacaram-se: Iberdrola/Banco do Brasil, Alusa, EDP, Cataguazes-Leopoldina, Endesa Internacional e Grupo Rede. Há ainda a indicação de dois grupos argentinos interessados em obter informações da concessionária, e uma empresa de Cingapura que tem demonstrado interesse em construir uma termelétrica na Paraíba.

Contudo, somente quando o BNDES acenou com a possibilidade de financiar parte dos recursos necessários à privatização da SAELPA (50% do

preço mínimo da empresa), e o governo da Paraíba definiu que o comprador pagaria apenas 40% daquele valor à vista, e o restante 60%, em outras duas parcelas anuais é que o processo de fato desenvolve-se.

Sob estas condições, a SAELPA foi vendida na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), em 30 de novembro de 2000, para o mesmo grupo que havia comprado a CELB, o Cataguazes-Leopoldina, com um deságio representativo, em relação aos preços mínimos inicialmente calculados (R\$ 619,5 e R\$ 617,5 milhões), atingindo apenas o valor de R\$ 362,9.

Conforme havia sido anunciado, o BNDES colocou nas mãos do Sistema Cataguazes-Leopoldina, R\$ 181,49, equivalentes a 50% do valor mínimo pelo qual foi arrematado o lote de ações da SAELPA, para que este grupo pagasse ao governo do estado da Paraíba R\$ 145,19, equivalentes a 40% do referido valor, no ato da compra, enquanto que os 60% restantes, ou seja, R\$ 217,78 obedeceria a um cronograma de desembolso de 20% anuais, ou seja, R\$ 72.596.000,00, durante três anos consecutivos.

De fato, o Sistema Cataguazes não necessitou desembolsar, de imediato, nenhum centavo, para se fazer acionista majoritário, controlador da SAELPA, podendo anunciar, no mesmo dia da compra, um investimento da ordem de R\$ 150 milhões na empresa, para os próximos três anos.

Diante do fato, há de se considerar as vantagens construídas, ao longo do processo de privatização dessa empresa, ao conceder ao Sistema

---

<sup>2</sup> *Ivan Botelho, controlador do Grupo Cataguazes-Leopoldina, posteriormente adquirente das ações da Saelpa.*

adquirente, não só deságio representativo, como também favorecê-lo com financiamento de um volume superior ao que ele teria que desembolsar no ato da compra das ações. Fica patente a decisão de privatizar a qualquer custo, tomada pelo governo do Estado da Paraíba, que, mesmo diante de 37 ações civis públicas que foram impetradas na Justiça com intuito de suspender o referido leilão, conseguiu garantir a venda da estatal.

A presença do capital externo, nesta transação, transfigura-se em um contrato de participação, celebrado *a posteriori*, entre a Energipe, controlada pela Companhia de Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, e um acordo de acionistas com a Alliant Energy (cujo capital tem origem norte-americana), que agora terá até 49,9% do capital total da PBPART-SE 1 S/A, empresa especialmente constituída para compra e controle da SAELPA. A Cataguazes-Leopoldina manterá os 51,1% restantes. Dessa forma, o Sistema comprador não estaria impedido de obter financiamento junto ao BNDES, pois, em sua forma jurídica, é uma empresa nacional.

Esse Sistema é atualmente formado por seis distribuidoras de energia elétrica, a saber: Cia. Força e Luz Cataguazes-Leopoldina; Empresa de energia de Sergipe (Energipe); Sociedade Anônima de eletrificação da Paraíba (**SAELPA**); Companhia Energética da Borborema (**CELB**); Companhia Energética de Nova Friburgo (CENF), e Cataguazes-Leopoldina Energia. É formado ainda por duas geradoras de energia elétrica a (Usina Termelétrica de Juiz de Fora e a Termosergipe), a Holdings Energisa e Telecom e cinco

empresas de serviços correlatos: Teleserv, Telecabo, Melcabo, Multipar e Multiagro.

Ambas as empresas, ao passarem o controle das decisões para o referido sistema, reduziram o número de seus funcionários – enxugando o quadro –, enquanto aplicavam recursos em tecnologia, poupadora de mão-de-obra, seguindo a tendência da atualidade, no intuito de ampliar a produtividade dos seus serviços.

## ***5.2 Fusões e aquisições no segmento da intermediação financeira***

A Paraíba possui uma rede bancária, composta por 16 bancos, atuando através de 148 agências, e 41 postos de atendimento. Em sua maior parte, os pequenos municípios são atendidos pelos bancos públicos oficiais: Banco do Brasil (BB), com 59 agências e 24 postos de atendimento; Caixa Econômica Federal (CEF) que conta com 25 agências e 06 postos de atendimento, Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com 14 agências e por fim Banco do Estado da Paraíba (Paraiban)<sup>3</sup> com 8 agências e 8 postos de atendimento. Os bancos privados, tanto de origem nacional, quanto estrangeira, concentram sua atuação na capital do Estado – João Pessoa – e na maior cidade interiorana – Campina Grande.

Os movimentos de capital externo (fluxos de entrada) no segmento da intermediação financeira na Paraíba têm se verificado, primordialmente, sob a

---

<sup>3</sup> O Banco do Estado da Paraíba foi recentemente (2002) privatizado, passando seu controle para o ABN-Real Bank.

forma de investimentos diretos, e utilizado principalmente a via das aquisições. Nesse sentido, pode-se dizer que a realidade encontrada, neste caso particular, pode ser rotulada de reflexa da nacional. Do total de bancos instalados e em atividade no referido estado 04, são oficiais cujo capital é de origem pública, sendo três (os primeiros da lista a seguir) do âmbito federal, e um da esfera estadual (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil e Banco do Estado da Paraíba); os outros 12 constituem a rede privada dos bancos no Estado. A tabela 5.1 contém dados a este respeito.

Até início dos anos 90, toda a rede bancária tinha, como capital originário, o nacional, fosse ele federal, estadual, ou privado. Posteriormente ao plano real, a onda de crise instalada no setor no Brasil, atinge alguns dos bancos aqui instalados, e inicia-se, assim, uma temporada de falências, intervenções, liquidações, etc.

A partir de 1995, e durante todo o restante da década de 90, desenvolve-se um processo de fusões/aquisições transfronteiriças em direção ao Brasil, cujo reflexo pode ser percebido, a título de exemplo, na rede bancária paraibana.

**Tabela 5.1. Distribuição da rede bancária paraibana – origem do capital e número de agências (2000)**

<b>Bancos</b>	<b>Origem do Capital</b>	<b>Número de agências</b>	<b>Número de PAA/PAB</b>	<b>Banco anterior</b>
Banco do Brasil	Pública Federal	59	24	-
Caixa Econômica Federal	Pública Federal	25	06	-
Banco do Nordeste do Brasil	Pública Federal	14	-	-
Paraiban*	Pública Estadual	08	08	
Bradesco	Privada Nacional	16	-	-
Itaú	Privada Nacional	03	-	-
<b>HSBC</b>	<b>Britânica</b>	<b>03</b>	-	<b>Bamerindus</b>
Mercantil do Brasil	Privada Nacional	01	-	-
<b>Banespa Santander</b>	<b>Espanhola</b>	<b>01</b>	<b>03</b>	<b>Banespa</b>
<b>BBVA</b>	<b>Espanhola</b>	<b>03</b>	-	<b>Excel Econômico</b>
<b>Sudameris</b>	<b>Portuguesa</b>	<b>03</b>	-	<b>América do Sul</b>
Unibanco	Privada Nacional	03	-	-
<b>ABN AMRO Real Bank</b>	<b>Holandês</b>	<b>11</b>	<b>08</b>	<b>Real e Paraibam*</b>
Brasil Mercantil	Privada Nacional	01	-	-
Banco Mercantil de São Paulo	Privada Nacional	02	-	-
Banco Bandeirantes	Privada Nacional	03	-	-

Fonte: Pesquisa direta - Sindicato dos Bancos da Paraíba – 2001.

\* Este banco foi privatizado, após a efetivação deste inquérito, tendo sido adquirido pelo capital holandês - ABN-Amro Real Bank

Observando os dados da tabela 5.2 denota-se que, dos 16 bancos QUE atuam no Estado, 05 de origem externa aportaram aqui, após 1995, via aquisições de unidades pré-existentes, 50% delas integrando o PROER, com exceção do Santander, cuja vinda se deu através do processo de privatização do Banespa.

**Tabela 5.2. Origem do capital dos cinco bancos aqui investigados**

<b>Banco vendido</b>	<b>Banco comprador</b>	<b>Origem do capital</b>
Bamerindus	HSBC	Britânica
Real e Paraibam	ABN AMRO - Real	Holandesa
Excel-Econômico	Bilbao Vizcaya	Espanhola
Banespa	Banespa-Santander	Espanhola
América do Sul	Sudameris	Portuguesa

Fonte: Pesquisa Direta - 2001.

As agências destes bancos (privados estrangeiros) concentram-se nas duas maiores cidades da Paraíba, a capital João Pessoa, com 12 agências, e Campina Grande com 04 agências.

É importante salientar que a totalidade dos bancos objeto da nossa pesquisa situam-se, no *ranking* nacional, entre os 50 maiores bancos brasileiros, em termos de ativos totais, ocupando as seguintes classificações: No 8º lugar está o ABN AMRO Real Bank<sup>4</sup>, com um ativo total de R\$ 28,9 milhões e um lucro líquido superior a R\$ 140 milhões em 2000.

Este banco é hoje o banco holandês de maior destaque no mundo, um dos maiores da Europa e o segundo maior banco estrangeiro nos Estados Unidos da América. Atua em mais de 70 países, sendo formado pela união de dois importantes bancos holandeses – O Algemene Bank Nederland N.V. (ABN Bank) e o Amsterdam-Rotterdam Bank (AMRO Bank), e tendo ocupado lugar de destaque nos principais mercados financeiros do mundo.

No Brasil, aportou em 1917, sob a denominação de Banco Holandês da América do Sul, e, a partir de 1993, adotou a marca internacional da matriz ABN AMRO Bank. Em 1998, adquiriu o Banco Real, de origem nacional, que atuava no mercado brasileiro desde 1925, atuando principalmente no varejo, com uma extensa rede de agências e amplo contingente de pessoas físicas.

---

<sup>4</sup> No início de 2002, O ABN comprou via processo de privatização o Banco do Estado da Paraíba, ampliando sua rede de atuação no Estado, o que possivelmente modificou sua posição no ranking. No entanto, ainda não dispomos da confirmação oficial desta informação.

Objetivando entrar no mercado do varejo, o ABN AMRO que atuava, fundamentalmente, em operações estruturadas em grandes corporações privat banking e em gerenciamento de ativos, buscou, através da compra do Real, promover o crescimento de ambos os bancos.

Esse processo não contou com a participação do PROER, uma vez que o Banco Real não apresentava problemas de solidez e havia se constituído em atração para o capital externo, em termos de via de ampliação e diversificação de mercados.<sup>5</sup> Atualmente, com suas atividades integradas, o ABN AMRO Bank/Banco Real é o quinto maior banco privado do país, ostentando uma rede de atendimento com mais de 1.500 pontos de distribuição e cerca de 23.000 funcionários.

Os resultados econômico-financeiros desta fusão/aquisição têm se revelado bastante positivos, como o próprio banco holandês divulgou via internet:

*“(...), o lucro antes dos impostos na América Latina e Caribe mais do que dobrou na comparação de 1999 com 1998 e esse crescimento é largamente atribuído à aquisição do grupo Banco Real. A unidade ABN AMRO Bank teve altos lucros, apesar da desvalorização do real.” (www.realbank.com.br)*

De todos os Bancos aqui estudados, à exceção do Banespa (Santander) e do Paraiban (ABN – Real Bank), cujas vendas representaram privatizações, apenas o ABN – Real Bank e o Sudameris não integraram o PROER, e, portanto, não se enquadraram na hipótese inicial deste trabalho. Contudo, a

---

<sup>5</sup> Contudo a compra do Paraiban, inclui o ABN-Real Bank no bojo do PND, reforçando a justificativa de sua inclusão no nosso universo de investigação.

perspectiva de ampliação da lucratividade, via fusões/aquisições, deve ser aqui entendida como o fator preponderante do processo de aquisição dos bancos Real e América do Sul.

Logo em seguida, ocupando o 9º lugar, encontra-se o Santander, que comprou o Geral do Comércio e o Noroeste e agora, mais recentemente, o Banespa, elevando seus ativos totais para a marca dos R\$ 25,2 milhões, chegando a apresentar lucro líquido em 2000, superior a R\$100 milhões.

O Banespa (Banco do Estado de São Paulo) foi federalizado, repassando à União os títulos da dívida mobiliária do Estado de São Paulo, em troca do cancelamento da dívida do Estado com a União, no valor de R\$ 1,96 milhões, em 1997.

Este banco gera lucros anuais em torno de R\$ 1,0 bilhão e dispõe de patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 5.97 milhões, recentemente, já em 2001, ocorreu a privatização deste, em leilão público, na Bolsa de Valores de São Paulo, quando foi adquirido pelo Santander.

As receitas provenientes da venda do Banespa deveriam, segundo a consultoria responsável pela sua avaliação, serem usadas para quitação de dívidas públicas com a União, que haviam se elevado após a federalização do referido banco.

Ressalte-se que os processo de privatização de um banco estatal, ou federalizado, como é o caso, é, segundo as regras do Banco Central, lastreado por subsídios dignos de serem entendidos como elementos eficientes na

atração de recursos para este fim. Observe-se que, segundo foi noticiado na Gazeta Mercantil (23.03.00), “(...) *todos os bancos que adquirem uma instituição estatal ficam livres por um tempo, da exigência do depósito compulsório de 55% sobre o valor dos depósitos à vista*”. Além do mais há toda uma linha de créditos tributários para serem usados em investimentos pelos adquirentes de bancos estatais, em investimentos, portanto, dotando o capital privado de condições de investimento a partir de dinheiro público.

Isto posto, deduz-se que o Santander, ao adquirir o Banespa, efetivando a maior privatização do segmento da intermediação financeira no Brasil, tenha se beneficiado bem mais do que a própria União, uma vez que esta alienou um patrimônio apreciável e de rentabilidade comprovada, além de ter agraciado o adquirente com as referidas regalias, ou, pelo menos, com parte delas, já que constituem parte das normas de privatizações de bancos estatais. O Santander ganha duplamente, pois, ao tempo em que amplia seus mercados, eleva sua posição no ranking do seu setor e ainda é agraciado com perspectivas promissoras de lucros altos no mercado brasileiro.

O HSBC, banco de origem britânica, que anteriormente atuava no Brasil apenas em operações por atacado, via escritório de Midland, passou a ocupar 10º lugar ao comprar o Bamerindus. A operação de transferência de controle do Bamerindus ocorreu na Páscoa de 1997, para o Hong Kong and Shanghai Bank (HSBC), que já possuía participação minoritária (6,14%) das ações do capital daquele banco.

A transação captou cerca de R\$ 5,7 milhões do PROER para sanear o Bamerindus, que se encontrava em crise desde 1995, apesar de ser o quarto maior banco à época, com R\$ 21,6 milhões de ativo total. O HSBC, entrou com algo em torno de R\$ 1 bilhão na capitalização da instituição.

Em seguida, encontra-se o Sudameris, de capital francês/português, que, ao comprar o América do Sul, passou a ocupar o 15º lugar naquele ranking. O Sudameris é controlado pelo francês Banque Sudameris Paris, que pertence à Banca Commerciale Italiana, a qual foi, recentemente incorporada pelo grupo Intesa, maior banco italiano e 1º da Europa, com patrimônio ao redor de US\$ 10 bilhões.

O processo de aquisição do BAS (Banco América do Sul), iniciado no segundo semestre de 1998, teve como propósito a expansão de mercado, o que foi conseguido em termos de capacidade instalada, pois a rede do Sudameris saltou de 98 para 270 agências, após a aquisição. À época, o Banco América do Sul buscava parceria para fazer frente a dificuldades surgidas quando das exigências do Banco Central, no que se refere à elevação dos limites de provisões, como respaldo para devedores duvidosos.

Os controladores do banco injetaram US\$ 870 milhões, dos quais US\$ 670 milhões em aumento de capital e US\$ 200 milhões em empréstimo subordinado. Com isso, o banco apresenta-se hoje com um patrimônio em torno de R\$ 751 milhões de patrimônio, que, ao incorporar o empréstimo subordinado, alcança a marca de R\$ 1,2 bilhões, mantendo-se enquadrado dentro do limite de capital mínimo exigido pelo Banco Central.

Os resultados econômico-financeiros do Sudameris, após a aquisição do Banco América do Sul, não foram dos mais auspiciosos durante os dois primeiros anos, cujos registros dão conta de prejuízos seguidos para os anos de 1999 (R\$ 105 milhões) e 2000 (R\$ 286 milhões).

Contudo, desde o início de 2001, os números do banco em questão voltaram a dar sinais de que a expectativa de lucratividade estaria próxima de se consolidar, uma vez que estava superada a fase intermediária do Sudameris, entendida como a que envolveu a integração da rede do Banco América do Sul, sistemas e métodos de trabalho.

Um outro banco estrangeiro que entrou neste processo na Paraíba foi o Bilbao Vizcaya (espanhol que ocupa o 17º lugar no ranking), após a aquisição do Excel Econômico. Este, o Excel, já havia sido participante efetivo de um processo de fusão/aquisição, em 1996, ao comprar o Econômico, integrante do PROER e, portanto, beneficiário na captação de recursos do referido Programa; dois anos mais tarde, o Excel<sup>6</sup> passa novamente por outro processo de aquisição, agora no papel de passivo, ou seja, foi comprado pelo Bilbao Vizcaya, de capital originado na Espanha.

Os dados da tabela 5.3, versam sobre o assunto.

---

<sup>6</sup> Sobre este processo, o noticiário nacional divulgou atos de corrupção envolvendo o ex-banqueiro Ezequiel Nasser, que, segundo o Banco Central, teria sacado US\$ 124 milhões do Banco Excel-Econômico e enviado o dinheiro às Bahamas. A operação teria ocorrido antes da venda do Excel-Econômico aos espanhóis do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, em 98. O fato tornou-se escandaloso, principalmente por ter o Excel utilizado verbas do Proer, quando da incorporação do Banco Econômico, em 1996. *Gazeta Mercantil* - 1999.

**Tabela 5.3. Classificação dos bancos estrangeiros na Paraíba, no ranking dos 50 maiores do Brasil (2000)**

<i>Ranking</i>	<i>Bancos</i>	<i>Ativos Totais</i>	<i>Patrimônio Líquido</i>	<i>Lucro Líquido</i>	<i>Funcionários</i>	<i>Agências</i>
8°	ABN AMRO	28.936.799,0	4.732.513,0	140.719,0	21.281	681
9°	Santander	25.179.166,0	2.132.128,0	106.639,0	5.796	410
10°	HSBC	21.556.682,0	1.585.666,0	100.300,0	20.553	985
15°	Sudameris	15.413.641,0	825.564,0	-140.406,0	6.887	274
17°	Bilbao	10.104.302,0	735.785,0	31.484,0	5.914	365

Fonte: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br), 2000.

## **5.4 Resultados do Inquérito**

De acordo com os dados coletados, diretamente, através de questionários, todos os bancos alvos da pesquisa aportaram na Paraíba após 1995, atuando sob a forma de bancos múltiplos que agregam diversas funções, como, por exemplo, a captação de depósitos, operações de crédito e aplicações financeiras no varejo e no atacado.

Em todos os casos, o capital da empresa pertence em mais de 50% a estrangeiros, denotando o interesse despertado pelo mercado brasileiro, em nível mundial, com destaque para os países europeus: Espanha, Inglaterra, Holanda e Portugal.

A principal via de acesso ao Brasil consistiu em aquisições transfronteiriças, significando 80% dos casos; a privatização completou a totalidade dos casos, comprovando a hipótese levantada aqui, de captação de recursos através dos dois instrumentos destacados (o PROER) que preparava o terreno para que as fusões/aquisições ocorressem de forma mais ágil (programa ao qual se integraram 50% dos bancos alvos do estudo); e o PND,

que norteou as privatizações ocorridas, tanto no âmbito das distribuidoras de energia elétrica (100%), quanto em um dos bancos estudados (20%), as normas deste programa facilitaram as transações envolvendo empresas estatais.

Com referência aos fatores de atração destes capitais para o Brasil, sob esta forma específica de investimento externo direto, a tabela 5.4, a seguir indica como fatores mais intensos as influências internacionais, seguidas dos elementos conjunturais macroeconômicos brasileiros e, por fim, dos instrumentos desreguladores do mercado. Ainda foi realçado por 100% dos respondentes que a remuneração do capital dos acionistas (lucro econômico) no Brasil situa-se acima da oferecida pelos concorrentes, significando vantagem comparativa capaz de atrair investimentos, para ambos os segmentos.

Observe-se a referência das influências internacionais, no primeiro lugar o que pode ser entendido, principalmente, como resultante do processo exarcebado do movimento de centralização do capital financeiro, como marca deste tempo, quando as transações desta estirpe crescem significativamente.<sup>7</sup>

A conjuntura econômica brasileira, citada como o segundo fator de atração do IED, certamente está relacionada à consecução da estabilidade monetária e da manutenção das taxas de juros elevadas, que provocaram,

---

<sup>7</sup> Estas operações que "significavam 10 vezes o comércio mundial em 1983, em 92 já eram 60 vezes maior" conforme Sassem (1997, apud Arrighi, 1997<sup>a</sup>).

quase que imediatamente, dois problemas para o segmento bancário nacional: a) a sensível redução do imposto inflacionário (na qual os bancos são parceiros privilegiados do governo); e b) a crescente inadimplência, que exigiu um esforço de reestruturação a fim de aumentar a eficiência. Nesse ambiente de crise, alguns bancos apresentaram-se com graves dificuldades de se alinhar aos novos ditames do mercado. A estes foi direcionado o PROER, cuja atuação permitiu torná-los atrativos ao capital externo.

Considerando os níveis de influência dos fatores condicionantes da decisão de investir no Brasil, o questionário sugeriu 05 níveis, que abrangem do nível (1) – não condiciona – até o (5) – condiciona fortemente –, passando pelos níveis intermediários (2),(3) e (4), que significam respectivamente: condiciona levemente, condiciona medianamente e condiciona. A tabela 5.4 a seguir indica o resultado obtido na pesquisa de campo, a saber:

**Tabela 5.4. Fatores condicionantes da vinda de IED, para o setor serviços – intensidade**

<i>Atores</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>
Desregulamentação do mercado brasileiro	20%		40%	40%	
Tendência à estabilização econômica no Brasil		100%			
Potencialidade de crescimento do mercado brasileiro		60%		40%	
Globalização – concorrência internacional				20%	80%
Patamar das taxas de juros no Brasil		100%			
Perspectiva de desvalorização cambial		40%	60%		
Perspectiva de Rentabilidade no Brasil					100%
Conjuntura Internacional				20%	80%
Outro (cite)*					

Fonte: Pesquisa direta – janeiro a abril de 2001.

\*Todos os respondentes citaram "vantagens comparativas" em termos de lucro econômico (dos acionistas).

Apenas 20% dos respondentes indicou a desregulamentação do mercado brasileiro como fator não condicionante (1) da migração de capital,

aqui referida; outros 40% consideraram esta variável como condicionante mediano (3) e mais 40% entenderam-na como, simplesmente, condicionante. Nesse sentido, é possível inferir, com base nas respostas da grande maioria dos respondentes (80%), que as políticas neoliberalizantes, implantadas no Brasil nesta última década, condicionaram as decisões daqueles investidores estrangeiros, em direcionar seus recursos para o país, uma vez que significavam a preparação de um ambiente largamente desregulamentado e, portanto, propício à entrada de capital externo.

A tendência à estabilização econômica no país de destino, no caso, o Brasil, obteve 100% de indicações como fator levemente condicionante (2).

A expectativa de crescimento do mercado brasileiro foi indicada por 60% dos entrevistados, também, como fator levemente condicionante (2), enquanto os demais classificaram este elemento como condicionante (4).

Com relação ao alto patamar das taxas de juros, presente na economia brasileira, durante toda a década de 90, predominou, de forma absoluta (100%), a condição de levemente condicionante (2). Já o elemento desvalorização cambial é rotulado de levemente condicionante (2), por 40% do universo pesquisado, e de medianamente condicionante (3), por 60% dos informantes.

A conjuntura internacional e a globalização, em seus aspectos de concorrência internacional, situam-se em pé de igualdade, significando, para 20% dos entrevistados, como fator condicionante (4), enquanto para os demais 80% são consideradas como fator fortemente condicionante (5). Observe-se, a

coerência das respostas advindas de representantes do capital externo, considerando a tendência migratória dos capitais na conjuntura atual (globalização) e a luta concorrencial dos diversos mercados por fatias do capital externo, como fatores fortes nas decisões de investir.

A variável *perspectiva de rentabilidade no Brasil* foi, dentre todos os elementos elencados, o que se destacou, em absoluto, como fortemente condicionante (5), apontado por todos os respondentes, posição esta reforçada pela indicação textual, no item *outros* da vantagem comparativa referente ao lucro econômico (dos acionistas), que, no Brasil, assume perspectiva de ganhos significativos frente aos outros concorrentes.

Agregue-se a esta indicação as informações sobre os altos níveis de rentabilidade alcançados pelas Instituições pesquisadas, nos anos posteriores às operações em estudo. A única exceção foi a do Sudameris, que operou no vermelho, durante dois anos consecutivos, até que viesse a apresentar lucros, no ano 2000, com perspectivas de elevação da taxa de rentabilidade no futuro próximo.

Todo o universo pesquisado declarou ter participado de processos de centralização, também, nos últimos cinco anos, sendo que 43% encaixam-se em transações envolvendo privatizações ou venda de participações de empresas estatais, enquanto 53% efetivaram aquisições transfronteiriças de empresas privadas. Quando os entrevistados foram inquiridos sobre o porquê de nos últimos anos, as estratégias de fusões/aquisições terem sido largamente utilizadas, principalmente no segmento da intermediação financeira,

as respostas foram no sentido de que são estas formas de transações que propiciam rápido crescimento no mercado, com conseqüentes ganhos de escala e possibilidade de redução de custo.

Como já era esperado, a grande maioria das empresas pesquisadas (80%) declarou ter investido em inovações tecnológicas nos últimos cinco anos, fato que redundou, em primeiro plano, de acordo com as declarações de todo o universo pesquisado, em ganhos de produtividade e melhoria de atendimento ao público. Aqui cabe uma observação no sentido de que, embora a redução do número de empregados não tenha sido referenciado em nenhum questionário, os dados mais recentes da evolução da capacidade instalada, em especial no segmento bancário, dá conta de uma redução considerável no número de agências (mais absorvedoras de mão-de-obra), em paralelo a um extraordinário crescimento dos postos de atendimento automáticos – os chamados auto-serviços (claramente poupadores de mão-de-obra).

A tendência é real, uma vez que as normas determinadas pelo Banco Central (BC), para a reestruturação do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), as quais deverão entrar em vigor em outubro do corrente ano, quando já deve estar funcionando a transferência de grandes valores com liquidação bruta em tempo real e o monitoramento *on-line* da conta *reservas bancárias* mantida no BC, que se livrará da obrigação de cobrir os saldos negativos deixados pelos bancos nas operações do dia-a-dia. Nesse sentido, há uma

necessidade urgente de modernização da rede bancária e financeira do país<sup>8</sup>, o que corrobora as respostas conseguidas de todos os entrevistados.

Também ocorreu posição unânime, dentre o conjunto de empresas objeto de estudo, sobre a pretensão de continuarem investindo em tecnologia, seja adquirindo novas tecnologias seja adequando os recursos humanos em ação ao padrão tecnológico já implantado.

A presença do capital externo nos processos de centralização econômica, pelos quais passaram as empresas aqui estudadas, é bastante significativa, sendo que 47% delas ainda são controladas pelo capital nacional, embora tenham participação ou associação a empresas de capital externo, e 53% são controladas pelo capital externo. Destacam-se, neste sentido, os capitais de origem norte-americana (30% dos entrevistados) e espanhola (também com 30%), o restante do todo o universo investigado (40%), dividem-se entre os de origem britânica, holandesa e portuguesa.

O objetivo de ampliação de seus mercados foi apontado como o principal fator, por 100% dos entrevistados, assinalando, ainda, que pretendem continuar expandindo sua área de ação nos próximos anos.

---

<sup>8</sup> Alguns dos bancos aqui estudados optaram pelo desenvolvimento dos próprios programas, para responder às necessidades impostas pelo Banco Central, é o caso do Bilbao Viscaya, que, desde agosto passado, está trabalhando na elaboração do e-SPB, nome do produto que consumiu cerca de R\$ 1,5 milhão; outras, como o HSBC, optaram por pacotes de terceiros, sem, contudo, deixar de alocar recursos para investimentos em tecnologia.

## **Considerações Finais**

Embora os dados sobre os fluxos de investimentos externos diretos, direcionados ao Estado da Paraíba, não sejam de fácil acesso, em virtude de deficiência ou até muitas vezes inexistência de estatísticas específicas, entende-se que os casos aqui pesquisados dão sinais de que, após 1995, tal qual ocorreu em nível de Brasil, aqui na Paraíba aportaram capitais externos, em volume e ritmo superiores aos registrados em períodos iguais, no passado.

Sendo assim, considera-se como ilustrativos os registros obtidos, quando da aplicação dos questionários ou entrevistas com os dirigentes das instituições objeto de estudo.

Como se pode verificar, os elementos indicados como determinantes e/ou condicionantes dos fluxos de IED, para o Brasil, levantados como hipótese neste trabalho, ou seja: 1) a relativa estabilidade monetária instaurada no Brasil, pós Plano Real (1994); 2) o Programa Nacional de Desestatização desenvolvido durante a década de 90, e com mais vigor em sua segunda metade; e 3) o Programa de Reestruturação e Saneamento do Sistema Financeiro Nacional, a partir de 1995; todos esses elementos foram, como não poderia deixar de ser, encontrados como base, ou estímulo às operações envolvendo capital externo, nas empresas pesquisadas.

Nesse sentido, tem-se que, dos 100% que constituem o universo pesquisado, 42,8% passaram por processos de privatizações, apoiados e atendendo aos princípios contidos na Lei 8.031 e seus derivativos; 28,6%, que

efetivamente participaram de processos de fusões/aquisições, envolvendo capital externo, apoiaram-se nos dispositivos legais da Medida Provisória 1.179, ou seja, integraram-se ao Programa de reestruturação e saneamento do SFN; e os outros 28,6% foram atraídos pelas perspectivas de rentabilidade no mercado brasileiro (vantagem comparativa construída), em ambiente de relativa estabilidade monetária.

Estratificando o universo pesquisado, de acordo com a área de atuação, tem-se que 100% das empresas pesquisadas no segmento da distribuição de energia elétrica foram privatizadas seguindo as normas estabelecidas, no geral, do Programa Nacional de Desestatização, em seu derivativo que regulamenta as Concessões de Serviços Públicos, nos âmbitos estaduais e municipais, tendo, para isso que proceder a uma série de adequações na legislação em vigor.

Ainda foi possível detectar que o controle acionário das empresas estatais aqui estudadas foi repassado para o mesmo Sistema Cataguazes-Leopoldina, cujo capital tem origem nacional, mas que mantém sociedade administrativa e financeira com duas empresas norte-americanas, o que caracteriza o envolvimento de capital externo na transação.

Ademais, há que se ressaltar que os processos de desestatização, aqui referidos, ocorreram dentro da filosofia neoliberalizante, presente nas ações do Estado brasileiro, em suas diferentes esferas de atuação.

Tal tendência se cristaliza, quando, apesar de um número considerável de ações cíveis, impetradas na justiça pela sociedade civil contra as citadas

privatizações o Estado consegue levar a cabo seu intento privatizante. Os elementos de atração utilizados para os dois casos específicos, aqui referenciados, foram, de fato, bastante diferentes. Em um deles (CELB), a relativa saúde financeira e operacional da empresa, seu nível de lucratividade e as perspectivas de crescimento do mercado, aliados às condições especiais de pagamento (dividido em 03 anos) e a primeira parcela ter sido totalmente financiada pelo BNDES, foram capazes de atrair o investimento necessário sem deságio representativo. Já no outro caso (SAELPA), o processo já não ocorreu de forma tão tranqüila, em virtude da avaliação negativa da qualidade dos serviços prestados e outros elementos pouco atrativos; a venda das ações desta empresa precisou ser adiada por duas vezes consecutivas, seu preço mínimo foi reduzido consideravelmente (deságio), e sua venda somente ocorreu após confirmação de participação representativa do BNDES, via financiamento (50% do valor da transação), além do alargamento dos prazos concedidos pelo governo do Estado da Paraíba (40% no ato e o restante em mais quatro anos).

Em conjunto, as duas privatizações em foco significaram injeção de recursos líquidos nos orçamentos do município de Campina Grande e do governo do Estado da Paraíba, que deverão ser aplicados em investimentos em áreas estratégicas em cada um dos respectivos governos. Ao mesmo tempo em que as empresas recuperavam capacidade de investimento, principalmente em termos tecnológicos, (o que redundará, provavelmente, em ampliação da produtividade, por um lado e a, conseqüente melhoria dos

serviços prestados ao consumidor), também amplia as suas margens de lucratividade.

No caso das empresas contidas no segmento da intermediação financeira, tem-se que 14,3% delas passou por processo de privatização, cuja ocorrência recente (2001) e a não-devolução do questionário, por parte daquela empresa, impede maiores detalhamentos sobre o caso.

Do restante da amostra deste segmento, 50% integraram o PROER, captando recursos na ordem de aproximadamente R\$ 8,5 milhões, o que, em combinação com a conjuntura favorável de estabilidade monetária e a possibilidade de ampliação de mercados, significou os elementos de atração dos referidos investimentos externos. O diferencial, em termos de expectativas da taxa de rentabilidade no segmento bancário brasileiro, também pode ser considerado, de acordo com as respostas dos entrevistados, como altamente condicionante das tomadas de decisão daqueles investidores.

Os outros 50% da amostra aqui referida não se enquadram como atraídos pelos instrumentos criados pelo Estado brasileiro, elencados na nossa hipótese, contudo, o panorama criado a partir da estabilidade monetária pode ser indicado como determinante dos investimentos realizados por estas empresas estrangeiras. Cabe ressaltar que, dentre estes 50%, encontra-se o ABN-Real Bank, o qual, posteriormente ao inquérito em foco, comprou, via privatização, o Paraiban, ampliando seu mercado de atuação através das possibilidades criadas pelo PND. Isso reduz, significativamente, o percentual

da amostra que se colocava fora do raio de atração dos instrumentos, aqui entendidos como fatores de atração do capital externo para o Brasil.

Nesse sentido, considera-se o universo pesquisado como capaz de ilustrar e comprovar a hipótese delineada no início deste trabalho, ou seja, que os investimentos externos diretos que se dirigiram ao Brasil, especificamente na última metade da década de 90, refletem o poder de atração exercido pelo cenário de estabilidade monetária pós Plano Real, aliado aos instrumentos de política macroeconômica (no caso, o PND e o PROER), engendrados pelo Estado brasileiro na busca de sua inserção no mundo globalizado.